

3.ª classe, de acordo com o referido ordenamento e com base no estipulado do já referido regulamento interno, aprovado por esta autarquia em sessão extraordinária da Assembleia Municipal em 28 de Janeiro de 1994.

13 — Publicitação das Listas — as listas dos candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão afixadas no átrio do edifício da Câmara Municipal de Faro, na Rua Domingos Guieiro, n.º 8, em Faro.

14 — Composição do Júri do concurso:

Presidente — Dr. João Manuel Godinho Marques, Vereador em Regime de Permanência da Câmara Municipal de Faro;

Vogais efectivos: Dr. Virgílio José da Cruz Soares da Silva, Director de Departamento de Administração Geral, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos e Dr. Abel Renato Caldeira Gomes, 2.º Comandante Operacional Distrital de Faro da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Vogais suplentes — Eng.º João José Graça Varela, Chefe de Divisão de Edifícios e Equipamentos Municipais e Dr.ª Sílvia Flora Guerreiro Morgado André Cabrita, Chefe de Divisão de Recursos Humanos. Publique-se na 2.ª série do *Diário da República*.

3 de Junho de 2008. — O Presidente da Câmara, *José Apolinário*.
300426313

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Aviso (extracto) n.º 18241/2008

Torna-se público que por meus despachos, datados de 2 de Junho, mediante o procedimento de reclassificação profissional, findo o período de nomeação em comissão de serviço extraordinária, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 3.º e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, 6.º, n.º 3, e 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, foram feitas as seguintes nomeações definitivas:

Carla Maria Vieira Ferreira, técnico superior de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 400;

Donato Paulo Vares Macedo, técnico superior de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 400;

Maria Emília de Lima Correia Almeida Barreira, técnico superior de 2.ª classe (área de economia, finanças e gestão), 1.º escalão, índice 400;

Alexandre Bernardo de Freitas Soveral Ferreira, engenheiro civil de 1.ª classe, 1.º escalão, índice 460;

José Silvestre Franco, engenheiro civil principal, 3.º escalão, índice 590;

Vitor Manuel Jordão Soares, engenheiro civil de 1.ª classe, 1.º escalão, índice 460;

Maria do Carmo Gomes Rodrigues Caires, técnico de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 295.

9 de Junho de 2008. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado*.

300424191

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS

Aviso n.º 18242/2008

Procedimento concursal para provimento de um lugar de director do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística

Para os devidos efeitos torna-se público que, no uso da competência conferida pelo artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho e nos termos dos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, após conclusão do procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de Director de Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, e considerando a proposta de nomeação apresentada pelo Júri do procedimento concursal, foi nomeado, por meu despacho datado de 12 de Maio de 2008, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, eventualmente renovável por iguais períodos de tempo, o Eng.º José António Martins Silva, a partir do dia 2 de Junho de 2008, para o cargo de director de Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, dado que o mesmo reúne as condições exigidas, por deter experiência profissional nas áreas relevantes para o cargo a que se candidata, motivação para o cargo, conhecimento dos mecanismos e funcionamento da Câmara Municipal, qualidades de liderança e possuir o perfil pretendido para o desempenho do cargo e prossecução das atribuições e objectivos do serviço.

9 de Junho de 2008. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Monteiro Barroso*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado

Nome — José António Martins Silva.

Habilitações académicas — licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, concluída em 1978;

Formação complementar — pós-graduação em Desenho Urbano e Planeamento Municipal, concluída em 1993;

Formação profissional — competências teórico-práticas adquiridas e conferidas por certificados de formação profissional de aperfeiçoamento e de participação em diversos cursos e seminários dos quais se destacam: “Direito do Urbanismo”; “Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Urbano”; “Regulamentos Administrativos de Planos Municipais de Ordenamento do Território”; “Regime Jurídico da Urbanização e Edificação”; “Licenciamento de Obras Particulares, Loteamentos Urbanos e Código do Procedimento Administrativo”; “Planeamento e Gestão Urbanística baseados em Sistema de Informação Geográfica”; “Desafios Ambientais num mundo urbano em expansão e o papel nas novas tecnologias de informação”; “1.º Fórum Nacional de Urbanismo e Autarquias”; “Políticas de Solos e Ordenamento Municipal”; “Consolidação da Rede Urbana Nacional”; “Jornadas de Serviço Social — Projectar o Serviço Social”; “International Conference on Rehabilitation of Harbour Areas”; “Instrumentos de Planeamento — Oportunidades e Condicionantes no Ambiente”; “I Congresso Europeu de Localidades com Marina”; “Jornadas da Sociedade Portuguesa de Urbanistas”; “Fórum Urbanismo”; “Planos Municipais de Ordenamento do Território: Experiências e Balanço”; “Curso de Aperfeiçoamento em Engenharia Sanitária”; “CPP — 523 — Viabilidade de empreendimentos — Edifícios”; “Avaliação de Desempenho”; “Praticar o coaching das pessoas e das equipas”; “Sistemas de Informação Geográfica — Aplicações Municipais”.

Experiência Profissional — Estágio em Gabinete de Estudos e Projectos de empresa de obras públicas — Construções Técnicas SARL, na sua sede em Lisboa.

Entre 1979 e 1981, desempenhou as funções de Engenheiro Civil de 2.ª classe no Gabinete de Apoio Técnico aos Agrupamentos de Concelhos do Vale do Minho — Comissão de Coordenação da Região Norte, tendo realizado trabalhos nas áreas de projecto, fiscalização de obras e licenciamento de obras particulares.

De 1981 a 1985, como Engenheiro Civil em regime liberal, desempenhou funções de consultor dos Bancos Português do Atlântico e FONSECAS & BUMAY nas áreas de avaliação imobiliária e viabilidade de projectos; Elaboração de projectos de obras públicas para a Câmara Municipal de Lagoa; Elaboração de diversos projectos de loteamentos e urbanizações para os concelhos de Aljezur, Vila do Bispo, Portimão e Lagoa.

Na Câmara Municipal de Lagos, onde ingressou em 1981, foi responsável pela coordenação técnica de Planos Municipais de Ordenamento do Território e outros estudos urbanísticos em execução após 1985, nomeadamente: Plano Director Municipal; Revisão do Plano de Urbanização da cidade de Lagos; Plano de Urbanização da Meia Praia, incluindo modelo de operacionalização em regime de perequação; Plano de Urbanização da Vila da Luz; Plano de Urbanização da Vila de Odiáxere; Planos de Pormenor de diversas povoações: Almádena, Barão de S. João, Bensafim, Espiche, Portelas, Sargaçal, Chinicato, Burgau; Desenvolvimento da Zona Norte da cidade; Área envolvente à Estação e Porto de Pesca; Planos de Praia; Plano Marginal da Avenida; Plano Global de Habitação para o Município; Plano de Realojamento e Demolição da Cerca do Cemitério e envolvente ao Estádio; Coordenação técnica e operativa de toda a primeira fase do Plano Geral de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Lagos, incluindo a reformulação geral do trânsito exterior; Coordenação técnica e operativa da implementação do Plano Director Concelhio de abastecimento de água e redes de drenagem doméstica e pluvial; Coordenação técnica do processo de licenciamento da Marina de Lagos; Responsável técnico pelo estudo para a concessão da exploração dos serviços de abastecimento de água e redes de drenagem do Município; Coordenação técnica e operativa de toda a 1.ª fase do Plano Geral de Reabilitação Urbana da Vila da Luz; Coordenação do estudo das Operações de Gestão para os espaços verdes do Município; Implementação do SIG (Sistema de Informação Geográfica) na Câmara Municipal; Responsável técnico pela elaboração e candidatura do Programa Polis da cidade de Lagos; Coordenação geral do projecto das novas acessibilidades à cidade; Elaboração do processo de concurso para o novo edifício da Câmara Municipal; Participação na elaboração de diversos Regulamentos e Normas.

Exerce o cargo de Director do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística na Câmara Municipal de Lagos, em regime de substituição desde 1 de Novembro de 2007.

300424029

Aviso n.º 18243/2008

Procedimento concursal para provimento de um lugar de director do Departamento de Suporte Técnico e Administrativo

Para os devidos efeitos torna-se público que, no uso da competência conferida pelo artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada

pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho e nos termos dos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, após conclusão do procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de Director de Departamento de Suporte Técnico e Administrativo, e considerando a proposta de nomeação apresentada pelo Júri do procedimento concursal, foi nomeado, por meu despacho datado de 12 de Maio de 2008, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, eventualmente renovável por iguais períodos de tempo, a Dr.ª Célia de Fátima da Assunção Correia, a partir do dia 2 de Junho de 2008, para o cargo de Director de Departamento de Suporte Técnico e Administrativo, dado que a mesma reúne as condições preferenciais em relação aos restantes candidatos, por deter experiência profissional nas áreas relevantes para o cargo a que se candidata, motivação para o cargo, conhecimento dos mecanismos e funcionamento da Câmara Municipal, qualidades de liderança e possuir o perfil pretendido para o desempenho do cargo e prossecução das atribuições e objectivos do serviço.

9 de Junho de 2008. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Monteiro Barroso*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada

Nome — Célia de Fátima da Assunção Correia

Habilitações académicas — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Formação complementar — pós-graduação em Direito das Autarquias Locais pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa;

Formação profissional — competências teórico-práticas adquiridas e conferidas por certificados de formação profissional de aperfeiçoamento e de participação em seminários dos quais se destacam: “Código do Procedimento Administrativo”, “Curso Temático — Direito do Urbanismo: Questões Notariais e Registais”, “Licenciamento Industrial”, “Sistema de Gestão Documental”, “Imagem e Qualidade” (2007), “Gestão de Conflitos e Livros de Reclamações”, “Código do Trabalho”, “O Regime Jurídico da Penhora e Venda de Bens em Processos de Execução Fiscal”, “Iniciação ao Notariado Privativo e Registo Predial”, “Avaliação do Desempenho” (2006); “Gestão Documental na Administração Pública”, “Processo de Execução Fiscal/Penhoras/Legitimidade dos Executados/Responsabilidade Subsidiária”, “Sistema de Gestão Documental”, “Learning Experience on the Role of HR in a Quality System, Leadership and Coaching” (2005); “Estratégia da Qualidade para a Modernização das Autarquias Locais — CAF”, “POCAL — Execução Orçamental (Módulo 4)”, “1.º Seminário de Alta Direcção em Administração Local” (2004); “Iniciação ao Notariado Privativo e Registo Predial”, “Praticar o Coaching das Pessoas e das Equipas” (2003); “Empreitadas de Obras Públicas — Regime Jurídico Nível 5”, “Urbanização e Edificação — Regime Jurídico”, “Execuções Fiscais”, “Expropriações por Utilidade Pública — Regime Jurídico” (2002); “Código das Expropriações”, “Regime Jurídico da Urbanização e Edificação” (2001); “Regime Jurídico das Despesas Públicas — DL 197/99”, “Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, DL 555/99, de 16/12”, “Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas — DL 59/99” (2000); “Novo Regime Jurídico das Despesas Públicas e da Contratação Pública”, “A Nova Legislação Turística e as Autarquias Locais” (1999); “Processo de Contra — Ordenação”, “O Actual Regime da Instalação e do Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos, de Restauração e de Bebidas”, “O Regime Jurídico das Despesas Públicas — DL 55/95” (1998); “Loteamentos Urbanos” (1997).

Experiência profissional — exerce o cargo de directora do Departamento de Suporte Técnico e Administrativo, da Câmara Municipal de Lagos, em regime de substituição desde 01/11/2007, prestando funções da seguinte natureza: garantir o apoio jurídico que se mostre necessário ao executivo e seus membros e aos serviços em geral; chefiar o pessoal que executa as tarefas correspondentes às áreas de actuação do departamento, de acordo com os objectivos definidos pela autarquia; assegurar o bom funcionamento dos serviços e a eficaz gestão dos recursos ao serviço da administração municipal; desenvolver os procedimentos e as acções de suporte técnico e administrativo da decisão autárquica nos processos da competência do departamento; dirigir de modo integrado as actividades de carácter administrativo, jurídico e financeiro; conceber, propor e implementar novas técnicas e metodologias de trabalho, em ordem à modernização administrativa dos seus serviços. Nomeada como responsável pela Gestão, no âmbito da implementação de Sistema de Gestão da Qualidade em alguns serviços do departamento (projecto em curso, e objecto de certificação no âmbito da Norma ISO 9001:2000) (desde 2007). Directora do Departamento de Administração Geral, da Câmara Municipal de Lagos, nomeada em comissão de serviço) (2005 a 2007). Técnica Superior Principal (Jurista) (desde 2005). Responsável pelas Execuções Fiscais da Câmara Municipal de Lagos (desde 2005). Integra o projecto “Balcão Virtual”, da Câmara Municipal de

Lagos, como responsável pelos textos e conteúdos disponibilizados neste sítio, ao qual foi atribuída menção honrosa por ter sido classificado com boa prática, na categoria A — Administração Autárquica e Modernização, no 1.º Concurso Nacional de Boas Práticas na Administração Local de 2006 (desde 2004). Chefe da Divisão de Assessoria Jurídica e Contencioso, da Câmara Municipal de Lagos, em regime de comissão de serviço (2003-2004). Nomeada para o desempenho de funções de notária privativa e oficial público da Câmara Municipal de Lagos (desde 2003). Nomeada como Técnica Superior de 1.ª Classe, Jurista (2002). Consultora jurídica da Câmara Municipal de Portimão (2001). Técnica Superior de 2.ª Classe, Jurista, (1999-2000 — Câmara Municipal de Portimão, 2000-2002 — Câmara Municipal de Lagos). Estágio na carreira de Técnica Superior de 2.ª Classe, Jurista, na Câmara Municipal de Portimão — classificação final de 16 valores (1998-1999). Técnica Superior Jurista, em regime de contrato a termo certo, na Câmara Municipal de Portimão (1997-1998). Exerceu advocacia no Círculo Judicial de Portimão (1994-1997). Leccionou disciplina de francês, como professora provisória, na Escola E. B. 2 + 3 Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória (1993).

300423998

Aviso n.º 18244/2008

Procedimento concursal para provimento de um lugar de director de departamento de Educação, Cultura e Acção Social

Para os devidos efeitos torna-se público que, no uso da competência conferida pelo artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho e nos termos dos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, após conclusão do procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de Director de Departamento de Educação, Cultura e Acção Social, e considerando a proposta de nomeação apresentada pelo Júri do procedimento concursal, foi nomeado, por meu despacho datado de 12 de Maio de 2008, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, eventualmente renovável por iguais períodos de tempo, o Doutor Rui Manuel Taveira de Sousa Loureiro, a partir do dia 2 de Junho de 2008, para o cargo de Director de Departamento de Educação, Cultura e Acção Social, dado que o mesmo reúne as condições preferenciais em relação aos restantes candidatos, por ser detentor de elevada competência técnica, conferida pelo grau de doutoramento em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e pela experiência enquanto gestor de Projectos Científico, Culturais e Pedagógicos, nas áreas relevantes para o cargo a que se candidata, demonstrando o perfil pretendido para o desempenho do cargo e prossecução das atribuições e objectivos do serviço.

9 de Junho de 2008. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Monteiro Barroso*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado

Nome — Rui Manuel Taveira de Sousa Loureiro

Formação académica:

Licenciatura em História pela Universidade de Lisboa, concluída em 1979;

Doutoramento em História, especialidade de História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa, pela Universidade de Lisboa, concluído em 1995.

Formação Profissional: Profissionalização em exercício, 2.º ciclo do ensino básico, concluída em 1983. Registo como Formador de Professores nas áreas de História, Estudos Portugueses e Didácticas Específicas, desde 1997.

Experiência profissional: Professor titular do quadro da Escola EB 2,3 n.º 1 de Lagos. Tem exercido funções docentes, não só no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico público, mas também no ensino superior público (a nível de mestrado) e no ensino superior particular e cooperativo (a nível de licenciatura). Entre 1988 e 2000 prestou serviço no Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, e também na Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, no âmbito de projectos de publicação, de dinamização cultural e gestão científica e pedagógica. Desde 1990, dinamizou a Comissão Municipal dos Descobrimientos, em Lagos, desenvolvendo actividades de publicação, animação cultural e formação científica. Desde 1995, tem exercido, em regime de acumulação, funções de gestão científica e pedagógica no âmbito do ensino superior particular e cooperativo. Entre 1995 e 2007 foi professor visitante da Universidade de Macau. Em 2000 foi agraciado com a Medalha de Mérito Municipal (grau Ouro), por serviços relevantes prestados ao Município de Lagos em prol da Cultura. Desenvolve regularmente investigação histórica no âmbito do